

**HABEAS CORPUS Nº 502.224 - SC (2019/0094023-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : RIVELINO DUARTE (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de RIVELINO DUARTE no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação n. 0001049-22.2013.8.24.0020).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática da conduta descrita no art. 2º, inciso II, da Lei n. 8.137/1990, por cinco vezes, à pena de 8 (oito) meses de detenção, a ser cumprida no regime aberto, substituída a sanção privativa de liberdade por medidas restritivas de direitos.

Contra o édito condenatório insurgiu-se a defesa.

Os desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Criminal deram parcial provimento ao recurso e, de ofício, extinguíram a punibilidade do réu, diante da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa, relativamente ao primeiro delito. Diante disso, a sanção do acusado foi redimensionada para 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de detenção, mais 12 (doze) dias-multa, mantidas as demais disposições da sentença.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a Defensoria Pública a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado na modalidade superveniente. Destaca que "o marco interruptivo da prescrição intercorrente não deve retroagir à data da Apelação Criminal, visto que todos os recursos apresentados neste autos são cabíveis – inclusive o agravo em recurso extraordinário" (e-STJ fl. 9). Diante disso, pede, liminar e definitivamente, seja extinta a punibilidade do paciente, tendo em vista o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva na modalidade superveniente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator